



O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NA REDE PUBLICA DE ENSINO: INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS

Resumo

Este artigo apresenta as principais dificuldades de aprendizagem em crianças que apresentam necessidades educacionais especiais - Deficiência Intelectual. Nessa perspectiva, à procura de possíveis soluções e respostas para o processo de intervenção na aprendizagem deles, utilizar os recursos ou as ferramentas que são aplicadas na área da psicopedagogia, facilita o processo de ensino e aprendizagem desses alunos frente aos professores. Neste artigo, pretende-se, também exemplificar a importância da família nesse processo e enfatizar como é vital a sua importância. Por meio, deste estudo, é possível entender que alfabetizando-o e ainda obter ajustes necessários para alcançar as metas desejada pela escola como um todo.

Palavras-chave: Psicopedagogo. Família. Aprendizagem. Inclusão. Deficiência Intelectual.

EL PROCESO DE INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD INTELLECTUAL EN LA RED DE ENSEÑANZA PÚBLICA: INTERVENCIONES PSICOPEDAGÓGICAS

Resumen

Este artículo presenta las principales dificultades de aprendizaje en niños con necesidades educativas especiales: discapacidad intelectual. En esta perspectiva, la búsqueda de posibles soluciones y respuestas al proceso de intervención en su aprendizaje, utilizando los recursos o herramientas que se aplican en el área de la psicopedagogía, facilita el proceso de enseñanza y aprendizaje de estos estudiantes a los docentes. En este artículo, también se pretende ejemplificar la importancia de la familia en este proceso y enfatizar cuán vital es su importancia. A través de este estudio, es posible comprender esa alfabetización y aún obtener los ajustes necesarios para lograr los objetivos deseados por la escuela en su conjunto.

Palabras-clave: Psicopedagogo. Familia. Aprendizaje. Inclusión. Discapacidad Intelectual.

THE PROCESS OF INCLUSION OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN THE PUBLIC TEACHING NETWORK: PSYCHO-PEDAGOGICAL INTERVENTIONS

Abstract

This article presents the main learning difficulties in children with special educational needs - Intellectual Disability. From this perspective, in search of possible solutions and responses to the intervention process in their learning, using the resources or tools that are applied in the area of psychopedagogy, facilitates the teaching and learning process of these students to teachers. In this article, it is also intended to exemplify the importance of the family in this process and to emphasize how vital its importance is. Through this study, it is possible to understand that by literacy and still obtain necessary adjustments to achieve the goals desired by the school as a whole.



Keywords: Psychopedagogue. Family. Learning. Inclusion. Intellectual Disability.

INTRODUÇÃO

Em relação a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais-Deficiência Intelectual, é importante um acompanhamento com o profissional: psicopedagogo na instituição escolar para que ele desempenhe além orientações em conjunto com a família visando a sua preocupação com a formação global do indivíduo, possibilitando assim a constituição de sua identidade bem como permite em sua essencialidade tornar-se um ser capaz de tomar as decisões corretas em sociedade.

Nessa etapa de sua formação acadêmica, portanto, é essencial para que haja o crescimento de competências naturais, que sejam voltadas para a instituição social no desempenho de sua personalidade ou pelo menos em parte dela.

Por outro, lado a escola torna-se um elo principal nessa formação, onde o psicopedagogo na sua transmissão do saber enraíza de fato o desenvolvimento dessas competências que passaram a ser integrais desses alunos que compõem as instituições educacionais.

Sabe-se que é na escola que grande parte das famílias se apoia nas suas necessidades, buscando recursos muitas das vezes inexistentes, elaborando alternativas próprias, concebendo para isso novas competências para elas (LOPES, 2019).

A família tem que ser o alicerce em que o aluno precisa receber apoio, não é totalmente na escola que elas irão encontrar, apesar das instituições fazerem esse encaminhamento aos psicopedagogos, em contra partida, caberá a ele avaliar as condições psicopedagógicas em que ele se encontra para com isso prestar uma assistência que na verdade seja capaz de inseri-lo socialmente.

Contudo, acredita-se, por fim que a escola sendo um local de plena formação e aprendizagem deverá ser também um espaço de muitas alegrias, ampliando principalmente o desejo incontido de aprender, na qual essa criança ou jovem receberá culturalmente uma formação que o qualifique como sendo um membro nato da sociedade pluricultural em que ela vive.

Entende-se, portanto, que o psicopedagogo tem como função auxiliar no processo de desenvolvimento humano da criança com necessidades educacionais, evitando que ela sofre traumas escolares, devido suas dificuldades na aprendizagem, devido seu baixo desenvolvimento cognitivo, que podem ser desmistificado através de sua atuação, a partir de seu desempenho numa ação extremamente conjunta com a família e, que são fundamentais num contexto altamente afetivo, levando-se em conta todo o contexto escolar (WEISS, 2004).

Sabe-se que, tanto o Psicopedagogo institucional quanto o clínico, trabalham para que haja intervenção nas dificuldades apresentadas em sala de aula, verificando sempre o perfil dos alunos à medida que promovem um remanejamento de informações contidas no histórico relativo à aprendizagem, esclarecendo nas investigações o desenvolvimento individualizado favorecendo ao mesmo tempo à realização de experiências e de atividade que possam diagnosticar mais claramente em cada situação.

O objetivo deste estudo, é tratar das questões do processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual e da intervenção psicopedagógica institucional em todos os aspectos abordando as dificuldades relativas à aprendizagem, dando maior enfoque nas



relações sócio afetiva entre o contexto família e escola, que é a maior instituição já constituída na sociedade.

A equipe escolar é formada como todos os professores e funcionários, e por fim esses profissionais são importantes pois darão maior apoio no processo de formação dos alunos com necessidades educacionais especiais, na qual serão abordados por meio de um estudo bibliográfico, coletando dados e informações em artigos em revistas científicas, livros e até mesmo documentos oficiais, consistindo assim uma análise mais detalhada relacionada ao problema dessa pesquisa (LOPES, 2019).

INCLUSÃO ESCOLAR: ETAPAS E PROCESSOS LEGISLATIVOS

A Inclusão passou por vários processos e desafios para se conquistar os direitos de muitas pessoas com necessidades educacionais especiais. Dessa forma, essas etapas apresentam-se em um contexto histórico, de valorização e luta pelos direitos e deveres deles.

Segundo aponta Sasaki (1999, p. 30): “o modelo médico da deficiência, tenta melhorar as pessoas com deficiência para adequá-las aos padrões da sociedade.” É claro que algumas vezes pessoas com deficiência necessitam, de fato, apoio físico ou médico, porém é importante que isto atenda às suas necessidades e lhes dê maior controle sobre sua vida.

Nesse aspecto, a educação inclusiva é o processo que garante a matrícula de todas as crianças com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino (International Disability and Development Consortium, 1998).

Devido as grandes mudanças que ocorreram na estruturação da educação, após muitos anos, as escolas passam a mudar suas políticas pedagógicas, graças a grandes lutas.

A inclusão no Brasil, surgiu por consequências das experiências que ocorreram no exterior, tendo seu início em meados dos séculos XIX, voltando mais para serviços para pessoas com deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência intelectual e deficiência física.

Antigamente esse tipo de atendimentos preocupava -se inicialmente apenas em assistir com deficiência em suas necessidades médicas. A preocupação com a educação dos mesmos ocorreu somente após final dos anos 50 do século XX.

Antes disso, as pessoas com deficiências eram consideradas inválidas, ou incapazes de realizar algo produtivo na sociedade. Históricos relatam, que as pessoas com deficiências eram totalmente discriminadas, não podiam conviver com suas familiar, eram expulsas, sofriam maus tratos, outras até mesmo mortas, na qual subtendiam que essas *deficiências* era um tipo de maldição e poderia afetar as outras pessoas que se aproximassem (SASSAKI, 1999).

Somente após 1973, quando foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), onde os alunos recebiam acompanhamento mesmo estando matriculados no ensino regular permanecem e os demais vão para a educação especial. É partir desse momento, que a Constituição Federal de 1988, resolve implantar o objetivo de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, com o lema: *Educação para todos*, conforme estabelecido no art. 3º inciso IV.

Já em 1994, as diretrizes apontadas pelo Conselho Nacional de Educação, leis, decretos e resoluções instituem as ações básicas para a implementação das propostas de educação inclusiva. Para definição de uma política nacional para educação, as ações



governamentais buscam estratégias efetivas para a garantia dessas ações em nível federal, estadual e municipal (BRASIL, 2007).

Contudo, é a partir de 2008, que se implementam as salas de recursos multifuncionais, com equipamentos e jogos, materiais de tecnologia assistiva, visando ampliar a oferta do atendimento educacional especializado para pessoas com necessidades educacionais especiais, nas quais não conseguiram acompanhar as aulas com tanta exatidão, ficando assim com baixo rendimento escolar e conseqüentemente desmotivando -se. Com isso, o Censo escolar da Educação Básica, apontou um crescimento significativo de matrículas, de 46% aumentou para 54% em 2008, sendo aceito crianças e adolescentes com todo tipo de deficiência, (CEEB, 2008).

Nesse ponto, sabe-se que a educação inclusiva no Brasil, teve um avanço extraordinário, trazendo mais essa conquista para Inclusão.

Voivodic (2007, p. 48), afirma que:

a inclusão, historicamente, também está ligada a movimentos de pais de crianças com deficiência, as famílias dos deficientes colaboraram e ainda colaboram muito para as conquistas e direitos dos deficientes, e mesmo os deficientes hoje sabem seus direitos e brigam por eles.

Apesar dos seus avanços, com tecnologias e um aparato legislativo, a educação inclusiva, ainda tem a necessidade de envolvimento político, institucional e familiar para que esses avanços continuem ocorrendo e pensando sempre na criança especial, como seres únicos, que possuem sentimentos e expectativas e de forma alguma podemos desprezar os sentimentos dessas pessoas tão especiais.

CONTRIBUIÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NA ESCOLA E O PROCESSO DE INCLUSÃO

Numa breve introdução sobre a origem da Psicopedagogia, na qual nasceu da necessidade de se estudar a fundo as questões sensoriais do pensamento humano, tendo por junção a Psicologia e parte da Pedagogia, trabalhando primeiramente na área clínica e se ampliando para a área educacional, que em termos médicos para a época tentava trazer para seus pacientes certa cura.

No Brasil, o conceito da Psicopedagogia teve grande influência através da acessibilidade de escritos e ideias argentinas, e somente em 1970 e durante toda essa década ganhou força sendo difundida com mais clareza e objetividade. Aprimorando-se aos diagnósticos médicos e identificando problemas que fossem causados por uma disfunção neurológica afetando o processo cognitivo, sendo embasados em exames clínicos e que posteriormente trouxessem um significado mais detalhado do dificuldades de aprendizagem.

De acordo com Bossa (2007), uma das percussoras da Psicopedagogia no Brasil, nos afirma que: a psicopedagogia enquanto sendo uma produção total do conhecimento científico e tem por objetivo dar uma melhor compreensão para o processo de aprendizagem que resultará na procura incansável da sistemática pedagógica e social.

Dessa forma, Bossa (2007, p. 127) ainda complementa que:

A Psicopedagogia não se refere apenas a um saber, mas também a um saber fazer, nas quais às condições subjetivas e relacionais em especial a dos familiares podem em alguns casos causar certos ou desvios atrasos



emocionais do sujeito que está sendo diagnosticado. O conhecimento psicopedagógico não se cristaliza numa delimitação fixa, nem nos déficits e alterações subjetivas do aprender, mas avalia a possibilidade do sujeito, a disponibilidade afetiva de saber e fazer, reconhecendo que o saber é inerente do sujeito.

Nessa perspectiva, o Psicopedagogo trabalha de forma preventiva, auxiliando no processo da aprendizagem, criando novas formas para que a criança seja estimulada na sua aprendizagem, evitando que conseqüentemente ela tenha dificuldades na sua aprendizagem.

A Psicopedagogia passa a ser um campo de conhecimento da Educação que estuda todo o complexo que integra o processo de aprendizagem, realizando diagnósticos que identificam abertamente as dificuldades existentes a fim de saná-las quando possível ou em parte preveni-las para que não interfiram no processo de ensino e aprendizagem dos alunos nas instituições escolares (LOPES, 2019).

Segundo Bossa (2002) é necessário que o psicopedagogo de um modo geral tenha clareza quanto à dificuldade no processo de aprendizagem existente, sabendo-se que essa problemática não ocorre de forma isolada, mas precisando ser mais bem compreendida, preservando-se a singularidade do sujeito em toda a sua dimensão social.

Dessa forma, a escola por sua vez precisa estar preparada para ao mesmo tempo apoiar a intervenção necessária em que o Psicopedagogo Institucional trará para dentro do âmbito escolar, baseando-se principalmente em observações oriundas dos professores dentro da sala de aula.

Assim é o papel do Psicopedagogo Institucional que exerce nas escolas suas atividades propondo muitas das vezes estratégias junto com a gestão escolar e com a família para a total prevenção do fracasso escolar, trabalhando com o objeto de poder auxiliar a todos os envolvidos nesse processo, nessa ação sempre amparando de forma legal ao educando parta que o mesmo consiga se desenvolver no campo da aprendizagem e até mesmo social.

É muito importante ressaltarmos com bastante relevância o verdadeiro papel do psicopedagogo nas instituições educacionais nos tempos de hoje. Mas ainda com tudo isso devemos entender que para que haja essa constituição de um modo geral é necessário que a família e a escola tenham entre si uma relação puramente sólida (WEISS, 2004).

Desse modo, nos dias de hoje, o psicopedagogo institucional levando-se em conta o papel da família e da escola deverá pautar suas orientações ou sugestões diretamente aos membros da família para que assim haja mais cautela no trato desses ou daqueles assuntos, para que o mesmo não fique longe da aprendizagem como um todo.

Assim com a participação da família, a escola passa a contar com um aliado muito importante na construção dos laços sócio afetivos, que compreendem de fato a preparação dos alunos para uma sociedade cada vez mais exigente em termos de desenvolvimento e da formação humana, essa inserção prontamente na sociedade só será possível mediante todos os processos serem atingidos objetivamente, e isso se dará é claro com as constantes interações do Psicopedagogo e todos os envolvidos na ação (LOPES e PONCIANO, 2018).

O Psicopedagogo analisa e observa atentamente os relacionamentos existentes nos diferentes espaços da instituição, procedendo para que haja continuamente de maneira reflexiva uma abordagem que seja capaz de traçar metas que de alguma forma passe a contribuir objetivamente para o desenvolvendo dos indivíduos e alcance de fato a redução gradativa do fracasso escolar por exemplo.



Dessa forma, o trabalho ativo do Psicopedagogo na escola está vinculado a uma ação integradora e dinâmica dentro da escola, trabalhando a superação de determinados obstáculos que na realidade são enfrentados diariamente também pela família.

Asseguram que uma qualidade na educação é um passo muito importante para ambos, integrar família e escola como sujeitos da ação e que fazem parte da constituição dela é primordial, objetivando a uma reflexão não crítica, mas que busque um entendimento maior na relação total da família e escola propriamente dita.

A partir desse momento, a avaliação psicopedagógica em torno desse processo auxilia gradativamente em sua trajetória partindo de uma análise clara da aprendizagem, envolvendo toda a equipe da unidade escolar, família e os profissionais de educação que lidam cotidianamente com essas crianças ou adolescentes nas salas de aula (WEISS, 2004).

Assim esse profissional estará sempre voltado para abranger pais ou aqueles que integram a constituição familiar, os professores, os funcionários da unidade educacional bem como todos da gestão, sendo eles diretores, funcionários ou coordenadores escolares.

De fato uma das ações mais interessantes do Psicopedagogo é o de identificar dificuldades e torná-las públicas aos interessados, vencendo obstáculos que poderiam interferir substancialmente no processo de aprendizagem dos alunos e, harmonicamente, trabalhar para prevenir uma grande alta no fracasso escolar, orientando aos pais e a escola para uma atuação bem mais precisa e assim conseguir alcançar os objetivos educacionais propostos para essa finalidade, sem perder a condução da situação em questão, seja ela qual for (WEISS, 2004).

No entanto, toda a ação coletiva em que trabalha o Psicopedagogo institucional garante à equipe pedagógica as interações capazes de compreender melhor essa relação que ocorre no espaço educativo voltado para o ensino- aprendizagem. Será a partir daí que o Psicopedagogo Institucional auxiliará a todos a refletirem mais significativamente sobre a aprendizagem como um todo, valorizando as metodologias utilizadas, as orientações curriculares e as práticas pedagógicas para um ensino de qualidade (BOSSA, 2007).

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA ESCOLA

Existem pontos diferentes de ser avaliados por questões bem simples, assim, o Psicopedagogo ocupa em boa parte de seu tempo com a prevenção dos distúrbios de aprendizagem escolar.

Sabe-se que a Psicopedagogia, no entanto, pode e deve ser denominada em total caráter preventivo e em muitos outros momentos terapêuticos, ou seja, nessa modalidade o Psicopedagogo trabalha para garantir a reinserção dos alunos em sala de aula e na sociedade.

É, portanto na instituição escolar que o Psicopedagogo trabalha com a linha preventiva, mapeamento, diagnósticos institucionais, condicionando-os a tentativas frustradas e que anteriormente não surtiram em bons resultados (BOSSA, 2007).

E enquanto isso, na Clínica esse mesmo profissional ganha maior notoriedade pelo fato que se dá da dinâmica repetitiva das rotinas estruturais, isto é, os aspectos que antes eram desprezados passam a ganhar peso na condição de se favorecer o contato com o coletivo, auxiliando os docentes e a toda equipe educacional naquele momento.

Segundo nos afirma Oliveira (2009):



A real intervenção do psicopedagogo potencializa de maneira mais agradável a capacidade em que os profissionais da educação integram aspectos altamente estruturais a fim de interagir abertamente com todos os alunos ensinando-os e alcançando de fato o seu maior objetivo que são as questões inter-relacionais (p. 84).

A Psicopedagogia atua de forma terapêutica, dando uma assistência especializada nas dificuldades de formação do sujeito, abordando os problemas ocasionais da aprendizagem, embora ambos os profissionais terão por atuação o processo de aprendizagem, que dependerá de cada caso e o interesse profissional pelo assunto estudado (BOSSA, 2007).

Muitas escolas atualmente atendem crianças especiais no ensino regular, e não tem o Psicopedagogo nesse processo, o que é extremamente fundamental para garantir de fato uma inclusão de qualidade, assegurando com isso a permanência dos alunos nos âmbitos escolares, e, contudo, contemplando a integração na escola, galgando de maneira efetiva o lado social dos educandos.

Segundo Vercelli (2012, p. 73) ressalta:

Que a Psicopedagogia institucional na verdade é um campo de estudo que vem se desenvolvendo como ação preventiva de muita importância, mas é vista como ameaçadora, pois tem por objetivo fortalecer a identidade do grupo e transformar a realidade escolar. Pensando assim em muitos casos, o psicopedagogo poderá propor mudanças para que determinadas crianças aprendam, mas, infelizmente, muitos educadores resistem a essas mudanças e interpretam o que lhes foi dito como se não estivessem dando conta do papel que exercem dentro das salas de aula.

É importante salientar que o Psicopedagogo que atua na parte relacionada a aprendizagem, já o Psicológico no processo emocional, para que haja um bom resultado, esses dois profissionais precisam estar alinhados, acompanhar cada caso, de cada criança.

Terapeuticamente a Psicopedagogia intervém, em todo o contexto que a criança especial está inserida, ajuda a criar laços afetivos entre a família e a escola, para que ela consiga uma interação mais ampla na sociedade.

Dessa forma, identificar pontos relevantes e que estejam associados ao comportamento dentro ou fora da escola é fundamental para eles.

Segundo nos afirma Weiss (2004, p. 27):

Todo diagnóstico é na realidade uma investigação, uma pesquisa, pesquisa essa do que não vai bem com o sujeito em relação a uma conduta esperada. Assim, portanto, será o esclarecimento de uma queixa, do próprio sujeito, da família e na maioria das vezes, da própria escola. Trata-se do não aprender, do aprender com dificuldade ou lentamente, do não revelar o que aprendeu, do fugir de situações de possível aprendizagem.

As principais queixas/motivos relatados na hora da anamnese, apontam que muitas das dificuldades através do processo diagnóstico necessita ser dinâmico e estabelecer uma comunicação entre a família, o Psicopedagogo e a escola que por sua vez sempre sinalizará as mudanças ocorridas ao longo de todo o processo, atuando diretamente na linguagem social do aluno.



Não podemos nos esquecer das condutas que passaram a ter assim que o tratamento der início, ou seja, as intervenções por si só não fluirão em nada, se não houver por parte desse profissional um engajamento que patrocine o desenvolvimento de comunicação em seus alunos-pacientes, que em contra partida lançarão mão de quaisquer condutas fora dos padrões normais da aprendizagem (LOPES, 2019).

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE SOCIOEMOCIONAL: FAMÍLIA E ESCOLA

Um fator importante, que podemos dizer que é a energia motor da criança com necessidades educacionais especiais, é o apoio da família, não apenas auxilia no processo de desenvolvimento da criança, mas também faz com que ela aumente sua autoestima, e sintase mais confiante e segura para desenvolver suas atividades. Ou seja, ela desempenha um importantíssimo papel para a formação do indivíduo, quer seja essa constituição bem diferente do que as de muito tempo atrás, e, mesmo assim, possibilita em sua essencialidade a concepção das próprias competências, concebendo assim raízes que tornarão o homem em um cidadão do bem ou não, mas que cumpra as regras da sociedade elitista (LOPES e PONCIANO, 2018).

Assim, quando a família está disposta a ajudar participando nas tomadas de decisões desse profissional, o Psicopedagogo consegue atuar de forma plenamente satisfatória. Garantindo a essencialidade na constituição social e humana dessa criança.

A família é na verdade a primeira instituição social na qual a criança tem acesso, isto é, sua primeira educação social, podemos assim dizer, que essa educação “vem de casa”, entretanto, é função dos pais ajudarem a criança a desenvolver os mecanismos necessários para conviver em sociedade, mas sabe-se que muitas vezes a família, se impõe, com questões bem vagas, relatando que não tem tempo, e sobre julga como função oficial da escola, sendo ela a responsável pela formação da personalidade da criança logo nos primeiros anos de vida, tornando-a capaz de quando adulta conceber com clareza sua aquisição de conhecimento e, portanto, ser valorizada como um ser que pensa, raciocina e dialoga com a sociedade (CASTRO e REGATTIERI, 2009).

Contudo, a escola vem desenvolvendo e muito bem o seu papel na transmissão integral do conhecimento e do saber, ou seja, tudo que lhe é essencial e objeto de suas maiores competências legais dentro da sociedade.

Por sua vez, a família muitas as vezes está cada vez mais distante de participar ao menos de uma simples reunião de pais, quem dirá da formação e acompanhamento de sua formação. Mesmo assim, a escola precisa comunicar a ausência da família para poder principalmente acelerar o processo investigativo das dificuldades encontradas na escola, informando-o aos pais a fim de que os mesmos estejam atentos aos acontecimentos e nunca, nunca virarem as costas para a educação de seus filhos (CASTRO e REGATTIERI, 2009).

Sabe-se que algumas famílias por acreditar que são fazes da vida escolar da criança ou mesmo do adolescente, não se preocupam com as divergências existentes dentro de casa ou da escola, mas o Psicopedagogo, precisa mapear todos os problemas, pois pode ser um fator eminente e por isso reflexivo na vida da criança com necessidades educacionais especiais, porém o mesmo só conseguirá agir no foco do problema quando em parceria com a família, propondo que seja traçado metas, com o objetivo de vencer os obstáculos,



integrando as conquistas passo a passo, criando laços afetivo e social entre a família e a escola, para que juntas sejam um elo de construção de saberes para a criança (OLIVEIRA, 2009).

Assim Castro e Regattieri (2009) afirma que:

O objetivo de fazer as famílias aproximarem-se da Instituição escolar e formar uma parceria, na verdade dever ter início através dos professores, partir deles essa ação, visto que por serem eles os representantes do saber, certamente conduziria a família cada vez mais próxima de uma relação diretamente com a escola de seus filhos, tendo ajuda de um profissional da área, o Psicopedagogo Institucional (p. 285).

É, portanto inegável se esclarecer quanto às possibilidades alcançadas instrumentalizando métodos de aprendizagem curriculares agregando soluções diante de tanto questionamento, e a família mais uma vez entra por estas portas, com um papel centrado dentro do desenvolvimento da criança como um todo, trabalhando para que exista certo controle da impulsividade social, como é o caso de temperamentos, entre outras características que são determinantes dentro do seio familiar, através de uma linguagem própria (LOPES, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo, o objetivo foi de apresentar fatores positivos e construtivos para a formação acadêmica da criança com necessidades educacionais especiais. Entender como se dá a interação entre a família, escola, professores e os Psicopedagogos, bem como o processo de suas atuações.

Diante das necessidades educacionais desse aluno, revelar suas dificuldades promove uma inserção social, e quando a família compreende o quão é importante o seu papel, a sua participação, fica bastante evidente o quanto essa construção dos laços afetivos abre os horizontes e compõem toda estrutura educacional.

Dessa forma, o ambiente a que se darão as interações assume um importante papel tão logo se consigam construir o seu conhecimento prévio. Compreende-se, que o Psicopedagogo avalia seu trabalho mediante as intervenções, canalizando o aprendizado na preparação contínua desses indivíduos para uma sociedade não tão justa.

Cabe, portanto, que à família tem uma participação conjunta com a escola, incorporando a esse papel da aprendizagem para que se alcancem os objetivos propostos sejam nas dependências da escola ou até mesmo nos centros de saúde.

É um equívoco ou uma certa ignorância dizermos que é obrigação da família, mas é dever dela sim, está envolvida com todos os processos educativos e terapêuticos da criança, incentivar, apoiar, pois a criança pode mostrar rejeição pelo tratamento, baixa estimulação escolar, devido as complicações, de se sentir impotente, motivá-las, ajuda a superarem os problemas terão que enfrentar e para isso, é de grande relevância que se investiguem comportamentos inadequados dentro ou fora do ambiente escolar, mantendo um ávido contato com a família para que o diagnóstico seja mais preciso, se observando a interação que se dará ao longo desse processo, envolvendo para este fim a parte afetiva e cognitiva dos mesmos, obtendo bons resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BRASIL. MEC. SEESP. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, MEC, 2007.

BOSSA, Nadia Aparecida. *A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BOSSA, Nadia Aparecida. *A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

CEEB. *Censo Escolar de Educação Básica*, 2008, Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em 19 de abril de 2019.

IDDC, *Congresso Internacional de Desenvolvimento e deficiência*. Disponível em: www.ohchr.org. Acesso em 19 de abril de 2019.

LOPES, Claudio Neves. PONCIANO, Vera Lúcia de Oliveira. Procedimentos Familiares Adequados para o Desenvolvimento da Autonomia de Adolescentes com Síndrome de Asperger. *Cadernos da Pedagogia*. São Carlos, v. 11 n. 22. jan-jun. 2018.

LOPES, Claudio Neves. *Olhos nos olhos: novos paradigmas sobre a inclusão escolar na contemporaneidade*. Ed. 1º. Curitiba: Appris, 2019.

OLIVEIRA, M. A. C. *Psicopedagogia: a instituição educacional em foco*. Curitiba: IBPEX, 2009.

REGATTIERI, M. CASTRO, J. M.; (Org.). *Interação escola-família: subsídios para práticas escolares*. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos*. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

VERCELLI, Lúcia de Carvalho Abões. O trabalho do psicopedagogo institucional. *Revista Espaço Acadêmico*, 12 (139), 71-76, 2012. Recuperado de <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/17281>. Acesso em 25 de março de 2019.

VOIVODIC, M. A. *Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down*. Petrópolis: Vozes, 2007.

WEISS, M. L. L. *Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar*. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

Informações do(a)s autor(a)(es)

Bruna Karina da Silva – Especialista em Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual pela FAMESC. Professora em Rede Estadual na cidade de Miracatu-SP, E-mail: bru.viana1995@gmail.com.

Irineu Lopes - Mestre em Educação pela Logos University Internacional ; graduado em Letras pela Universidade Metropolitana de Santos; graduado em Matemática pela Universidade Metropolitana de Santos; graduado em Normal Superior pela Universidade Hermínio Ometto de Araras; graduando-se em Educação Especial pela Universidade Santa Cecília; pós-graduado em Gestão Escolar pela Faculdade Corporativa; pós-graduado em Educação



Especial com ênfase em Deficiência Intelectual pela Universidade Cruzeiro do Sul; pós-graduado em Transtorno do Espectro Autista pela Universidade Cruzeiro do Sul.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7192-3046>.